

CÂMARA EM AÇÃO

Informativo da Câmara Municipal de Cambuquira

Distribuição Gratuita

Malá Direta
Postal
Domiciliária
Município de Cambuquira
C.M. Cambuquira
CORREIOS



CAMBUQUIRA - MG

ANO IX - EDIÇÃO Nº 64 - JUNHO/JULHO 2015

Água Mineral Cambuquira não terá seu envase paralisado

Um resumo da história: As fontes foram exploradas pela Superágua Empresa de Águas Minerais até 2005, quando o contrato de arrendamento com a Codemig foi encerrado, paralisando completamente a produção. Em 2006, a Codemig abriu um edital de licitação para novo arrendamento dos direitos hidrominerais, mas o edital foi questionado pelo Ministério Público e por organizações não governamentais das cidades onde as fontes estão localizadas e acabou alterado. Com as mudanças, que previam uma exploração em menor escala, nenhuma empresa se habilitou e a exploração das águas minerais acabou sendo entregues à Copasa.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) rompeu o contrato com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) para a exploração das fontes de águas minerais de Araxá, no Alto Paranaíba, e Cambuquira, Caxambu e Lambari, no Sul de Minas. O distrato foi comunicado oficialmente no dia 14 de maio. A Copasa, que tinha a concessão para a exploração por meio da subsidiária - Águas Minerais de Minas (AGMM) permaneceu no controle das fontes até 1º de junho. A partir daí, a Codemig deve fechar um contrato "tampão" com a Copasa até que uma nova concessionária assumira a exploração e o envase das águas, consideradas entre as melhores do mundo.

A Codemig é a detentora da concessão dessas fontes, repassada para a Copasa em 2007, depois da criação, no ano anterior, por meio de um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, da AGMM. A Copasa afirmou que, "para minimizar os impactos financeiros da crise hídrica, a companhia decidiu reduzir as ações que impactam negativamente em seu resul-



1

tado. As Águas Minerais de Minas historicamente sempre foi deficitária, com prejuízo anual na ordem de R\$ 6 milhões a R\$ 8 milhões."

Já a Codemig disse apenas que "implantar seu novo modelo de gestão referente aos direitos minerários, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá. Com isso, a Companhia assegura a continuidade de operação, manutenção e vendas das águas minerais, considerando sempre a importância de sua atuação estratégica em prol do desenvolvimento socioeconômico do estado de Minas Gerais".

Como o assunto causou uma grande polêmica em todo o Estado e principalmente nas cidades detentoras das águas minerais, no dia 08 de julho, o Presidente da Águas Minerais de Minas (AGMM), Pompilho Canavez acompanhado das assessoras Luciana Souza Crus e Andréa Vaz de Melo França (geóloga) estiveram em Cambuquira reunidos com diversos órgãos do município para esclarecer e

tranquilizar a população. Segundo ele, o envase das Águas Minerais não serão paralisados e que a partir de agora a Codemig é que arcará com todos os custos da operação.

Informou ainda que pelo período de 12 meses, podendo ser renovado por mais 12 meses a Copasa "irá prestar serviços de operação e comercialização da Águas Minerais de Minas até a Codemig encontrar uma solução".

A comitiva esteve reunida com o Executivo e Legislativo Municipal, Spa das Águas (balneário), Saae, Ministério Público e ONG Nova Cambuquira, esta última entregou ao Sr. Pompilho um ofício manifestando sua vontade de que a detenção da água continue estatal, ou seja, com a AGMM.

Em todas as reuniões, Pompilho Canavez fez questão de ressaltar a importância da água de Cambuquira, que é a que mais se destaca no comércio não só pela beleza de sua embalagem, mas, pela qualidade terapêutica da água, o que gera um grande cuidado pela Codemig.



2



3



4



5

- 1 2 Reunião com o Ministério Público e ONG Nova Cambuquira
- 3 Reunião com membros do SAAE, Codema e Emater
- 4 Reunião com diretoria do balneário Spa das Águas
- 5 Reunião na Câmara Municipal

PALAVRA DO PRESIDENTE

População cambuquirense, nesta edição, quero destacar um pouco de nosso trabalho nestes últimos dois meses. Ressalto o esforço dos parlamentares no sentido de promover o desenvolvimento de nossa cidade, com a intenção de melhorar a qualidade de vida da população. Asseguro o nosso empenho e compromisso de pensarem Cambuquira, seja na elaboração de proposições, seja no exame das matérias legislativas. Fazemos leis para proporcionar a cada pessoa desta cidade condições de vida sempre melhores e mais justas, propícias a usufruir das conquistas democráticas, situação de vida material justa e condizente à natureza do ser humano.

Reafirmo o compromisso de aproximar cada vez mais a população com o Poder Legislativo e de destacar o exercício do trabalho coletivo, trabalho cada vez mais pela modernização e transparência e pelas decisões coletivas. Todos os meus pares sabem que sou um homem de equipe. Temos um legislativo composto por vereadores dinâmicos e competentes que debatem matérias de maneiras constitucionais.

No início de junho, estivemos em uma reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, promovida pelo deputado Dalmo Ribeiro para discutir o futuro do engarrafamento de nossas águas minerais, que agora não estão mais sob o controle da Copasa e sim da Codemig. No momento oportuno, sugeri que representantes da Codemig/Copasa realizassem reuniões nas cidades detentoras das águas minerais, esclarecendo o assunto de fato aos interessados. Fico feliz, pois, pouco tempo depois esta reunião aconteceu, esteve em nossa cidade Dr. Pompílio Canavez que esteve com diversos órgãos representativos de nossa cidade expondo de fato a atual situação da empresa e garantiu que o engarrafamento da água de Cambuquira não será paralisado, o que considero

uma ótima notícia para nós.

Também realizamos uma reunião aqui na sede da Câmara com empresas interessadas em desenvolver uma parceria pública privada para o tratamento do lixo da cidade. Foi uma reunião informal que contou com a participação de representantes da comunidade, destaque para a presença do Dr. Cristiano Rocha Gazal; Digníssimo Promotor de Justiça e do Prefeito Evanderson (Kaka). Na ocasião, ouvimos as propostas que deverão ser muito bem analisadas para, futuramente, pensarmos na resolução deste problema sério que é o tratamento dos resíduos sólidos.

Por último e não menos importante, tivemos a grata satisfação de participar de um evento na Escola Estadual Clóvis Salgado, evento que marcou o início de uma nova era para essa escola. O governo estadual liberou uma verba no valor de R\$ 336.383,50 (trezentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) para uma grande reforma no prédio que muito beneficiará os estudantes daquele educandário. Fico muito contente, tudo isso só foi possível após uma visita do atual Secretário de Estado Odair Cunha. Odair que já foi estudante aqui, na Escola Clóvis Salgado ficou sensibilizado ao ver a situação física em que se encontra o prédio e comprometeu-se a ajudar. E ajudou, em pouco tempo, a verba já havia sido liberada e os estudantes do "Ginásio" em breve contarão com um ótimo espaço para, sem dúvidas, melhorar ainda mais a qualidade do ensino em nossa Cambuquira. Agradeço de coração ao amigo Odair Cunha que nunca, mesmo após anos de sua partida de nossa terra nos esqueceu e sempre que pode ajuda o nosso município. Em nome de nossa comunidade o meu muito obrigado! Até a próxima edição.

Celso Alves da Silva
Presidente

Audiência Pública para elaboração da LDO 2016

O compromisso assumido pela atual Legislatura da Câmara Municipal de promover uma gestão atuante e participativa consolidou-se mais uma vez com a audiência pública sobre a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), realizada no dia 18 de junho. Esta aproximação com a comunidade tem possibilitado à Casa Legislativa, sob a presidência de Celso Alves da Silva, atender a população naquilo que ela mais precisa e com total transparência.

A LDO é uma lei anual que define as metas e prioridades da gestão municipal e orienta os gastos públicos em diversas áreas como: educação, cultura, saúde, ação social, infraestrutura, esporte e lazer, agricultura, turismo e meio ambiente. As propostas devem ser compatíveis com as ações do Plano Plurianual (PPA) de 2014/2017 que é o instrumento de planejamento governamental.

A audiência pública é um espaço democrático em que a população tem a oportunidade de discutir juntamente com o poder público quais as necessidades e prioridades dos recursos municipais, além das despesas e encargos sociais e até, se possível, fazer alterações na legislação tributária.

Foram apresentadas três propostas para serem analisadas pelas Comissões da Câmara Municipal e se aprovadas, inseridas na LDO, são elas:

Associação de Moradores do Bairro Parque São João e Nossa Senhora de Fátima - calçamento nas Ruas Ametista, Campanha, um trecho das Ruas Topázio, Santa Rita, Ametista e operação tapa buracos em todas as ruas dos bairros.



Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Marimbeiro - Quadra; para lazer das crianças e adolescentes do bairro, iluminação e brinquedos infantis nas Praças Brasil e Suíça, calçamento e estruturação do bairro.

EFA (Esperança Futebol e Atletismo) - esta entidade apresentou diversas propostas dentre as quais destacamos a melhoria da sinalização e até a instalação de fiscalização eletrônica na Av. Antônio Almeida Santos, para maior segurança dos moradores e a mudança de localização dos locais de embarque e desembarque de ônibus, já que os mesmos não estão em locais apropriados para atender de maneira eficaz os municípios daquela região.

Após estas propostas, o Sr. Presidente esclareceu que as propostas serão analisadas pelas Comissões e aquelas que estiverem de acordo, serão inseridas na Lei. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a Audiência Pública, agradecendo a presença de todos. Participaram da reunião: vereadores, assessores do Executivo e representantes da comunidade.

Falta de serviço de emissão de Carteira de Identidade

Na Reunião Ordinária do dia 16 de junho, a vereadora Rejany Carvalho Lemes apresentou ao Plenário o Requerimento nº 019/2015 que solicita ao Chefe do Executivo providências no sentido de informar qual o motivo pelo qual a Prefeitura Municipal de Cambuquira não está realizando o serviço de emissão de Carteira de Identidade.

Argumentou a vereadora que tem sido constantemente procurada por cidadãos que reclamam da suspensão do serviço de emissão de Carteira de Identidade (RG).

O fato é que a prefeitura não está oferecendo este serviço ao cidadão que, por sinal, tem recorrido às cidades vizinhas para tentar retirar este documento, que é essencial na vida das pessoas. A que se destacar que dentre as muitas dificuldades, fora a distância entre os municípios, é o tempo que se gasta para ir em busca deste documento,

perdendo-se às vezes mais de um dia para obtê-lo. Mais um transtorno para a população.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
16 de junho de 2015

Exmo. Sr.
Vr. Celso Alves da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de
CAMBUQUIRA - MG

REQUERIMENTO Nº 019/2015

A Vereadora que esta subscreve, vem na forma regimental, solicitar a V. Exa., seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, a seguinte pedido de informações:

Informar o motivo pelo qual a Prefeitura Municipal de Cambuquira não está realizando o serviço de emissão de Carteira de Identidade.

JUSTIFICATIVA

Esta Vereadora tem sido constantemente procurada pelos cidadãos que reclamam da suspensão do serviço de emissão de Carteira de Identidade pela Prefeitura Municipal, tendo que recorrer às cidades vizinhas para conseguir o documento.

Fls. 01 de 01
Fls. 01 de 01

Rejany Carvalho Lemes - Vereadora

Indefinição na exploração de águas minerais gera preocupação

Fim do contrato entre Copasa e Codemig pode trazer prejuízos para Araxá, Lambari, Cambuquira e Caxambu.

Deputados e autoridades municipais mostraram-se preocupados com as consequências do fim do contrato entre Copasa e Codemig para exploração das águas minerais de Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira. Em audiência realizada na terça-feira (9/6/15) pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), os participantes criticaram a ausência de representantes das duas empresas estatais, o que motivou a apresentação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) para que elas encaminhassem à comissão informações sobre as circunstâncias do fim do contrato.

A Codemig é detentora da concessão das fontes dessas quatro estâncias hidrominerais. Em 2007, as concessões foram repassadas para a Copasa, que criou uma subsidiária, a Águas Minerais de Minas, para explorar essas águas minerais. No dia 14 de maio, a Copasa anunciou o fim do contrato com a Codemig. No entanto, no dia 1º de junho, as duas empresas fecharam um contrato tampão para a continuidade do envase até que outra empresa assumira a exploração das águas.

Autor do requerimento que motivou a audiência, o deputado Dalmo Ribeiro Silva questionou o porquê de a Codemig ter realizado um contrato tampão com a Copasa pelo prazo de um ano, considerando-se que o fim do contrato de concessão entre as empresas tinha sido anunciado poucos dias antes. Na busca de esclarecimentos sobre a questão, o parlamentar apresentou um requerimento para que as empresas enviassem à comissão as cópias dos contratos firmados para exploração das águas minerais, bem como dos termos do fim do contrato e também do contrato tampão.

O parlamentar ainda se disse decepcionado com a ausência de um representante do governo na audiência, o que considerou como um descaso com os municípios que, até o momento, não têm esclarecimentos sobre o que aconteceu e sobre o que será feito a partir de agora. Durante entrevista, o deputado disse que, caso a Copasa não esteja realmente dis-



posta a renovar o contrato, uma alternativa viável seria a licitação da exploração das águas minerais, como aconteceu em São Lourenço, por meio da Nestlé.

O deputado Bosco (PTdoB) lembrou que no governo passado esteve por várias vezes em diálogo com a Copasa para discutir alternativas que possibilitassem maior competitividade das águas minerais do Estado. Ele disse que, no caso de Araxá, foram discutidas opções de comercialização das águas, bem como a criação de alternativas de engarrafamento em galões e copos, o que, segundo ele, poderia aumentar a lucratividade da operação.

"O que sempre ouvimos da Copasa era que o processo estava deficitário e não rendia lucros. Acredito que esse rompimento pode ser devido à inviabilidade econômica do processo", ressaltou o deputado Bosco. Por outro lado, o parlamentar considerou que, diante da atual crise hídrica, Minas Gerais tem o privilégio de ter inúmeras fontes de água saudável, o que, na sua avaliação, deve ser potencializado. Como uma forma de obter mais esclarecimentos sobre o assunto, o deputado apresentou um requerimento para que a comissão visite a presidência da Codemig.

O deputado Wander Borges (PSB) também lamentou a ausência do governo e reforçou a importância do debate ao dizer que o assunto tem um viés econômico para as quatro estâncias hidrominerais.

Autoridades temem prejuízos para o turismo



Vereador Roginaldo

O vereador de Lambari, Antônio de Biaso Júnior, disse que a cidade não sobrevive financeiramente do ato de engarrafar e distribuir água, mas, prioritariamente, do turismo. Segundo ele, a partir da indefinição vivida diante do fim do contrato de exploração das águas, a cidade passaria a não ter nenhum diferencial com relação às outras cidades do Estado. "Precisamos desse turismo", disse. O vereador ainda destacou o viés financeiro das águas minerais para o município. Ele lembrou que quando se iniciou o processo de envase das águas em Lambari, devido à vazão pequena no município, foi pensado um sistema de engarrafamento premium, que, na sua avaliação, teria uma viabilidade financeira maior. Entretanto, segundo ele, optou-se pelo engarrafamento em embalagens menores e mais econômicas, que apresentam custo de operação e retorno financeiro menores. "Ninguém está falando para não fazer o processo de distribuição e envase. Mas é necessária uma gestão séria. E, já que ocorreu a ruptura do contrato, peço que coloquem isso em pauta, pois é necessário saber o que cada cidade precisa", defendeu.



O presidente da Câmara Municipal de Cambuquira, Celso Alves da Silva, considerou que as águas minerais são o maior patrimônio do município. Ele cobrou esclarecimentos se a Codemig passará a administrar os recursos hídricos da cidade ou se vai passar a concessão para uma terceira empresa.

Para o empresário de Caxambu Ricardo Silva Faria, apesar de as águas minerais serem de grande importância para a região, o momento que se vive é de descalço com esse recurso. Já Henrique Vilas Boas, representante de empresas potencialmente investidoras no setor, cobrou mais transparência com relação ao processo de exploração das águas e sobre o que foi feito em cada cidade, como forma de garantir o investimento de outras empresas na região.

Requerimentos - Durante a reunião, foram aprovados os seguintes requerimentos do deputado Wander Borges:

para realização de audiência para debater assuntos relativos às normas gerais para instituição de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos, diante da ausência de legislação específica sobre o assunto; do deputado Fred Costa (PEN), para realização de audiência conjunta com a Comissão de Segurança Pública, para discutir o aumento da criminalidade em Ouro Branco (Região Central); do deputado João Alberto (PMDB), para debater em audiência pública as soluções e alternativas para reabertura e manutenção das atividades da Santa Casa em Ouro Preto (Região Central). (Representantes do Legislativo cambuquirense: Celso Alves da Silva; Presidente da Câmara e Roginaldo da Costa Batista; Vereador. Representando o Executivo, Renato Coelho de Moura Júnior; Vice-Prefeito).
Fonte: Assessoria de Imprensa da ALMG

EXPEDIENTE

Órgão Informativo da Câmara Municipal de Cambuquira
Legislatura 2013/2016

PRESIDENTE - CELSO ALVES DA SILVA
VICE-PRESIDENTE - PAULO CÉSAR DA COSTA
SECRETÁRIO - WELLINGTON OLIVEIRA DE PAULA
Produzido pela Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal
Tiragem: 2.500 exemplares
Responsável: Marcelo de Paula Barbosa Moura / Registro no MT nº 13.448/MG
Atendimento: segunda à sexta, das 13h às 18h
Av: Virgílio de Melo Franco, 471, Centro
37420-000 Cambuquira MG / Tel: 35 3251-1486
www.camaracambuquira.mg.gov.br
camara@camaracambuquira.mg.gov.br

Diagramação e impressão: Belô Gráfica Ltda.
Fone: (35) 3265.7922 e-mail: ct@trespontas.com.br

Abrigo de passageiros nos pontos de ônibus

Na Reunião Ordinária do dia 16 de junho, o vereador Celso Alves da Silva apresentou ao Plenário a indicação nº 032/2015 que solicita ao Chefe do Executivo, providências no sentido de implantar abrigo de passageiros (guarita) no ponto de ônibus do Parque das Águas e na praça da Av. Antônio Almeida Santos.

Em suas palavras, justificou: "A construção de um abrigo de passageiros, com o objetivo de proteger as pessoas do tempo é uma medida de grande importância. Aliás, fato que constitui reivindicação dos vários moradores do entorno do local, objetivando servir aos usuários de transporte coletivo que aguarda a chegada do veículo e também para os estudan-



tes que aguarda o transporte escolar. Investimento relevante que com certeza, trará mais tranquilidade e qualidade para a nossa população. A crescente demanda dos moradores além de mostrar a neces-



sidade presente de seus habitantes, revela a esperança depositada pelos usuários em obter uma melhor atenção por parte da administração municipal", concluiu o vereador Celso.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
16 de junho de 2015

Exmo. Sr.
Vr. Paulo César da Costa
DD. Vice-Presidente da Câmara Municipal de
CAMBUQUIRA - MG

INDICAÇÃO Nº 032/2015

O Vereador que esta subscreve, vem na forma regimental, indicar ao Senhor Prefeito Municipal, a necessidade da tomada da seguinte providência:

Colocação de guarita no Ponto das Águas;
Colocação de guarita na praça da Av. Antônio Almeida Santos.

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo oferecer maior comodidade aos passageiros que ficam aguardando a chegada do ônibus, em pontos de ônibus e praças.

Fls. 01 de 01
Fls. 01 de 01

CELSON ALVES DA SILVA - VEREADOR

Câmara Municipal realizou Audiência Pública para elaboração do PME - Plano Municipal de Educação

Partindo de uma diagnose da realidade educacional local e norteando metas e estratégias para a educação de Cambuquira nos próximos dez anos, ou seja, 2015 a 2025, baseando-se no contexto nacional e nas necessidades do município, o Plano Municipal de Educação teve sua origem a partir do Plano Nacional de Educação, que determina que cada município construa seu plano para o período de uma década, abrangendo como princípio o conjunto das ações educativas que serão implementadas mediante políticas públicas. Como todo plano, deverá ser posto em prática, acompanhado e avaliado, assegurando oportunidades de experiências de aprendizagem, estabelecendo a mediação necessária, com aqueles que buscam a educação de qualidade.

No dia 15 de junho, no Plenário da Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública para a análise do PME - Plano Municipal de Educação. Na abertura dos trabalhos, realizada pelo vereador Celso



Alves da Silva; Presidente, que deu as boas-vindas aos participantes, falando da importância da audiência para o desenvolvimento da educação municipal.

A Secretária Municipal de Educação; Mariza Marques de Almeida, após cumprimentar os presentes, passou a apresentar as metas constantes no PME, fazendo-se observar que a principal meta é atender cem por cento das crianças de 0 a 3 anos, sendo que é de responsabilidade do mu-



nicipio a Educação Infantil. Quanto à meta correspondente ao ensino superior, informou a Sra. Secretária que o município não tem qualquer responsabilidade, mas não foi excluída do Plano, uma vez que pode haver parcerias entre universidades e o município. Comentou ainda que, a preocupação maior do Executivo, hoje, é com relação ao Plano de Carreira dos Profissionais da Magistério. Deve-se fazer primeiramente a mudança no Estatuto e assim então o

encaminhamento do Plano de Carreira.

Continuando, a Sra. Mariza disse que o Plano Municipal de Educação não tem interesse político nem partidário e, por isso, solicita o apoio dos vereadores na sua aprovação. Ainda durante sua apresentação, a Secretária respondeu a diversas indagações realizadas pelos vereadores, sendo todo o PME devidamente esclarecido.

Após a Audiência, o Sr. Presidente parabenizou a Sra. Mariza pelo trabalho realizado à frente da Secretaria Municipal de Educação, colocando o Legislativo à disposição no que se refere à elaboração e aprovação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação.

Participaram da Audiência Pública os vereadores: Celso Alves da Silva, Roginaldo da Costa Batista, Rejany Carvalho, Roni Nogueira, Arci e Wellington Oliveira de Paula. O PME foi devidamente analisado, votado e aprovado por unanimidade pelo Legislativo Municipal.

Necessidade de recuperação de rua próxima a PSF



Na Reunião Ordinária do dia 30 de junho a vereadora Rejany Carvalho Lemes apresentou ao Plenário a indicação nº 034/2015 que solicita ao Sr. Prefeito Municipal a necessidade de conserto do calçamento na esquina das Avenidas Nossa Senhora Aparecida e Oromundi Gomes Ferreira, próximo ao PSF Centro.

Segundo a vereadora Rejany, o calçamento está ruim, com diversos buracos e desníveis, atrapalhando os motoristas, pedestres e ciclistas que passam por ali. Os moradores das cidades ruas, reclamam das péssimas condições do calçamento, situação que foi agravada depois das obras de melhoria na galeria pluvial.

Sendo assim, o Poder Executivo, através de sua Secretaria de Obra, deve conceber um bom planejamento estratégico e financeiro, em conjunto com projetos claros e bem elaborados. Tal solicitação se faz necessária, pois o desnível pode danificar veículos e causar transtornos aos moradores, concluiu a vereadora.

Vale lembrar que: O que deveria ser assegurado pela administração pública, e que é financiado a partir dos impostos pagos pelo cidadão, é muitas vezes negligenciado, como se pode observar no caso da manutenção das vias públicas. Quando o transtorno causado pela falta dessa manutenção e sinalização transcende a questão de apenas "estado de alerta" para

o pedestre ou motorista e evolui para acidente com prejuízos deste decorrente, cria-se uma situação onde quem sofreu o dano material e/ou moral merece ressarcimento da parte responsável pela causa desses. "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito", como reza o art. 186 do Código Civil de 2002.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Vereador Celso Alves da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cambuquira - MG

INDICAÇÃO Nº 034/2015

A Vereadora que esta subscreve, vem na forma regimental, solicitar de V. Exa., seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, o seguinte pedido de providências:

Solicitar ao Órgão competente da Administração Municipal a realização de melhorias no calçamento das ruas e avenidas próximas que, com frequência, geram o risco de acidentes de trânsito.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois o desnível pode danificar os veículos, além dos transtornos causados aos moradores das cidades ruas e avenidas próximas que, com frequência, geram o risco de acidentes de trânsito.

Plenário Dr. João Silva Filho, 30 de junho de 2015.

REJANY CARVALHO LEMES - VEREADORA

Vereador solicita informações do Executivo Municipal

Foi aprovado, em reunião ordinária no dia 16 de junho, o requerimento 018/2015, em que o vereador Roni Nogueira Arci solicita informações ao Executivo referente ao último processo seletivo realizado pela Administração.

Muitas pessoas confundem as atribuições dos vereadores com as de um prefeito, cobrando dos parlamentares ações pertinentes ao chefe do Executivo (Prefeitura). Isso ocorre, na maioria das vezes, pela proximidade do vereador com a população e pelo desejo da comunidade em ver as demandas do município solucionadas.

Mas é bom deixar claro que os vereadores são responsáveis pela elaboração das leis municipais, como, por exemplo, a Lei Orgânica - uma espécie de "Constituição Municipal", com as diretrizes que devem ser seguidas pelos Poderes Executivo e Legislativo e também pelos moradores da cidade.

Também é atribuição dos vereadores, uma das mais importantes para o bom andamento da administração pública, fiscalizar o trabalho do Executivo. O vereador é quem acompanha se a Prefeitura está cumprindo corretamente a lei orçamentária, aprovada pela Câmara, bem como, se os serviços prestados pelo Executivo es-

tão sendo realizados de forma satisfatória.

Dito isto, as informações solicitadas têm por objetivo principal dar conhecimento à comunidade interessada e a este vereador.

Segue na íntegra o requerimento do vereador Roni.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Vereador Celso Alves da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cambuquira - MG

REQUERIMENTO Nº 018/2015

O Vereador que esta subscreve, vem na forma regimental, REQUERER de V. Exa., seja solicitado ao Sr. Prefeito Municipal, o envio das seguintes informações, dentro do prazo previsto em Lei, referente ao Processo Seletivo recentemente realizado pela Prefeitura Municipal:

- 1) Informar os procedimentos utilizados para a elaboração da realização do Processo Seletivo (órgão responsável, leis, estatuto de questões, provas, etc.);
- 2) Relação dos inscritos;
- 3) Relação da habilitação dos inscritos;
- 4) Relação de presença dos candidatos no local da prova;
- 5) Primeiro resultado da primeira classificação dos candidatos;
- 6) Resultado definitivo com a classificação cronológica de todos os candidatos.

JUSTIFICATIVA:

A informação solicitada tem por objetivo dar conhecimento da luta a comunidade interessada, bem como para esclarecimentos desta Casa.

Plenário Dr. João Silva Filho, 16 de junho de 2015.

RONI NOGUEIRA ARCI - VEREADOR

ATENÇÃO - MUITO IMPORTANTE

Se alguma vez você encontrar colado na sua porta ou portão (junto a campainhas, etc) qualquer autocolante com um destes símbolos, retire-os imediatamente pois são utilizados por grupos de assaltantes que assim se comunicam entre si.

↑ Fácil de assaltar pela manhã

7 Casa vazia em Julho

Idoso sozinho todo dia

→ Fácil de assaltar a tarde

8 Casa vazia em Agosto

Criança sozinho de manhã

↓ Fácil de assaltar a noite

Estão fora mas há dificuldades

Criança sozinho a tarde

DIVULGUE AO MÁXIMO DE PESSOAS POSSÍVEL

EMATER INFORMA

Importância do uso da matéria orgânica

Sempre que possível e econômica, a adubação orgânica deve ser efetuada. Para a cana-de-açúcar, o uso de vinhaça e torta de filtro, resíduos importantes da agro-indústria canavieira, representam importantes aportes de matéria orgânica e de potássio e fósforo, respectivamente.

A manutenção da palhada sobre o solo também garante importante reciclagem de nutrientes, principalmente de potássio e nitrogênio. Quanto à adubação orgânica, todas as fontes de material orgânico que não contenham elementos tóxicos ou contaminantes podem ser utilizadas. É necessário lembrar que as fontes orgânicas não contêm todos os nutrientes em quantidades balanceadas. Portanto, pode ser necessário adicionar, também, adubos químicos.

Os compostos formados com essas fontes são, também, de grande eficiência e podem ser adicionados a outros resíduos, como a cama de frango, palhadas, restos de cultura, dejetos animais, lixo orgânico e lodo de esgoto, desde que não contenham metais.

A adição de matéria orgânica melhora, consideravelmente, as características físicas e biológicas do solo. Os maiores benefícios constatados são:

- redução do processo erosivo;
- maior disponibilidade de nutrientes às plantas;
- maior retenção de água;
- menor diferença de temperatura do solo durante o dia e a noite;
- estimulação da atividade biológica;
- aumento da taxa de infiltração;
- maior agregação de partículas do solo.

A adubação orgânica tem, ainda, outros aspectos bastante favoráveis. Ela utiliza resíduos cujo descarte causaria impactos ambientais. Outro ponto forte desse tipo de adubação é o seu tempo de duração. O processo de absorção dos nutrientes orgânicos envolve decomposição e mineralização. Assim, a adubação orgânica é uma fonte de nutrientes lenta e duradoura.

Contudo, a composição nutricional da adubação orgânica, em alguns casos, pode não ser balanceada, devido à origem da matéria-prima empregada nesse tipo de adubação (vide tabela), tornando-se necessária a complementação com fertilizantes minerais.

Matéria Orgânica	C/N	umidade	C	N	P	K	Ca	Mg	S	Zn	Cu	Cd	Ni	Pb
Estercos bovinos frescos	20	630	100	5	2,6	6	2	1	1	33	6	0	2	2
Estercos bovinos curados	21	340	320	15	12	21	20	6	2	217	25	0	2	1
Estercos de galinha	10	550	140	14	8	7	23	5	2	138	14	2	2	17
Estercos de porco	9	700	60	7	2	5	12	3	1	242	264	0	2	3
Composto de lixo	27	410	160	6	2	3	11	1	2	255	107	11	25	111
Lodo de esgoto	11	500	170	16	8	2	16	6	2	900	435	1	362	360
Vinhaça em natura	17	950	10	0,6	0,1	3	1	0,4	0,5	3	5	-	-	-
Torta de filtro	27	770	80	3	2	0,6	5	0,8	3	20	13	-	-	-
Torta de moinho	10	50	450	45	7	11	18	5	-	120	73	-	-	-
Malça	20	670	60	3	0,6	3	2	0,4	-	6	3	-	-	-
Crotalaria jirica	25	880	70	2,9	0,4	3	2	0,4	-	2	1	-	-	-
Milha	46	880	60	1,3	0,2	3	0,5	0,2	0,2	3	1	-	-	-
Aguaça	20	940	20	1	0,1	1	1	0,2	0,2	3	2	0	1	2

O maior empecilho do emprego da adubação orgânica em grandes áreas é a falta de equipamentos adequados para a aplicação no campo, pois, geralmente, são materiais com alto teor de umidade, o que torna a atividade pouco eficiente e demorada em relação à adubação mineral.

Fonte consultada:

RAIJ, B. van et al. (Ed.). *Recomendações de adubação e calagem para o Estado de São Paulo*. 2.ed. Campinas: Instituto Agrônomo, 1996. (IAC. Boletim Técnico, 100).
Eduardo Silva Moreira
Emater - Cambuquira-MG

Vereador solicita reparo urgente de rua no Bairro Parque São João



Na Reunião Ordinária do dia 07 de abril o vereador Wellington Oliveira de Paula apresentou ao Plenário a indicação nº 020/2015 que solicita ao Sr. Prefeito Municipal determinar ao setor competente da administração providências no sentido de efetuar os reparos na Rua Esmeralda, no Bairro Parque São João.

Segundo o vereador Wellington, tal pedido se justifica uma vez que a erosão provocada pelas chuvas dos últimos tempos têm causado problemas para moradores que vivem próximos ao local. Com isso, a rua (foto) encontra-se desmoronando, colocando em risco à vida dos pedestres e abalando a estrutura das casas.

A situação deixa a circulação de carros na rua bastante perigosa já que os veículos são obrigados a passar bem próximos ao buraco, motivo que levou este vereador a apresentar este pedido pois, a situação é muito grave, concluiu.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Vereador Celso Alves da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cambuquira - MG

INDICAÇÃO Nº 020/2015

O Vereador que esta subscreve, vem na forma regimental, solicitar de V. Exa., seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal o seguinte pedido de providências:

Determinar ao Departamento competente da Administração Pública Municipal estudos da viabilidade no sentido de efetuar o conserto da Rua Esmeralda, no Bairro Parque São João.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica em função da reavaliação dos moradores da referida rua, que estão preocupados com a situação precária da rua que está desmoronando, colocando em risco à vida dos pedestres, causando a estrutura das casas e podendo ocasionar acidentes com os veículos que por ali trafegam em caso de desmoronamento.

Plenário Dr. João Silva Filho, 07 de abril de 2015.

WELLINGTON OLIVEIRA DE PAULA - VEREADOR

Vereador apresenta reivindicações a Codemig

O vereador Roginaldo da Costa Batista, acompanhado pelo Prefeito Evanderson Xavier estiveram reunidos com o Diretor-Presidente da Codemig, Sr. Marco Antônio Soares da Cunha, onde apresentaram diversas reivindicações para melhoria de bairros da cidade. Este encontro aconteceu no dia 03 de junho, oportunidade em que foram apresentados três ofícios com as solicitações e, após várias explanações, de ambas as partes ficou acordado que o Sr. Marco Antônio fará todo o possível para atender aos pedidos ali realizados.

As solicitações: o primeiro ofício pede a construção de um calçadão ligando a cidade ao Bairro do Marimbeiro. É uma reivindicação antiga dos moradores daquele logradouro.

O segundo é com relação à dragagem do Córrego Barnabé, que corta os bairros: Marimbeiro, Nova Estação e Parque São João. Para a realização deste serviço há a necessidade de uma parceria com a Fundação Rural Mineira - Ruralminas que dispõe de equipamentos e mão de obra especializada para tal.

O terceiro é a instalação de uma Academia ao Ar Livre próxima ao Parque das Águas do Marimbeiro. Este parque possui uma frequência expressiva e com a instalação desta academia, com certeza, o local ficará ainda mais interessante, atraindo os amantes de atividades esportivas.

O vereador Roginaldo retornou esperançoso em obter sucesso nesta demanda, pois contou com o apoio do Diretor da Codemig que prometeu analisar os ofícios lá protocolados. Segue na íntegra os três ofícios.

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Marco Antônio Soares da Cunha
Castello Branco
DD. Diretor-Presidente da CODEMIG
BELO HORIZONTE - MG

Senhor Presidente

Pelo presente, venho solicitar de V. Exa., empenho dessa Órgão Estadual no sentido de formalizar parceria para a construção de um calçadão ligando a cidade ao Bairro do Marimbeiro, nesta cidade de Cambuquira, conforme foto anexa.

O Parque das Águas do Marimbeiro é frequentado por cambuquirenses e turistas e a implantação de uma Academia na área próxima ao Parque, seria um atrativo à mais, além de beneficiar aqueles que gostam de praticar seu esporte diário.

Estou certo que receberes desta empresa a atenção necessária e o atendimento ao meu solicitado.

Sem mais para o momento, despeço com meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente

Roginaldo da Costa Batista
- Vereador -

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Marco Antônio Soares da Cunha
Castello Branco
DD. Diretor-Presidente da CODEMIG
BELO HORIZONTE - MG

Senhor Presidente

Largo mão do presente expediente para formalizar minha solicitação junto a esse Órgão Estadual no sentido de formalizar parceria para a construção de um calçadão ligando a cidade ao Bairro do Marimbeiro, nesta cidade de Cambuquira, conforme foto anexa, tendo em vista que no local já existe iluminação pública, além de que a Escola Municipal Dona Sara Azevedo, Centro de Saúde, Clube Campeiro e o Parque das Águas.

O calçadão é uma reivindicação antiga dos moradores do Bairro como também da cidade, principalmente dos praticantes de esportes, além de oferecer segurança aos pedestres.

Sem mais para o momento, despeço com meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente

Roginaldo da Costa Batista
- Vereador -

Câmara Municipal de Cambuquira - MG
R. Espírito Santo, 477 - Centro
37.420-000 CAMBUQUIRA - MG

Exmo. Sr.
Marco Antônio Soares da Cunha
Castello Branco
DD. Diretor-Presidente da CODEMIG
BELO HORIZONTE - MG

Senhor Presidente

Largo mão do presente expediente para formalizar minha solicitação junto a esse Órgão Estadual no sentido de formalizar parceria para a dragagem do Córrego Barnabé, que corta os bairros: Marimbeiro, Nova Estação e Parque São João, para a realização de dragagem do Córrego Barnabé, que, pela sua extensão, costuma causar problemas de inundação e alagamento.

O município já dispõe de Licença Ambiental até o ano de 2022, dependendo apenas da máquina.

Nesta preocupação se deve ainda pelo fato de que, devido sua extensão, o Córrego corta parte da principal avenida da cidade, podendo ocorrer desmoronamentos, e também de outra avenida onde costuma alagar-se nos constantes.

Sem mais para o momento, despeço com meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente

Roginaldo da Costa Batista
- Vereador -

Verba para reforma e ampliação da E. E. Clóvis Salgado

A escola possui uma enorme importância em nossas vidas. É nela que nos preparamos para o futuro, e onde recebemos o conhecimento necessário para enfrentarmos os obstáculos que surgem em nosso caminho.

Sua missão não é apenas passar conteúdo relacionado à Física, Matemática, Química, Geografia, Português, História, dentre outras matérias. A escola deve fazer com que o aluno se sinta preparado para disputar um espaço dentro da sociedade.

Cada vez mais as escolas estão proporcionando ambientes saudáveis, com condições físicas e estruturais para o estudo, colaborando para a saúde e o conforto dos alunos, fatores que refletem no aprendizado e no seu desempenho. A arquitetura escolar tem como objetivo criar o espaço ideal e necessário para desenvolver as atividades escolares. A experiência da criança com o ambiente escolar é sempre marcante. A escola é de fato sua segunda casa, é um lugar onde se passa grande parte do dia. Até o final do Ensino Médio o aluno terá passado aproximadamente 13 mil horas dentro da escola.

O Governo de Minas Gerais acaba de liberar uma verba no valor de R\$ 336.383,50 (trezentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) para reforma e ampliação da Escola Estadual Clóvis Salgado (Ginásio). Essa reforma pretende melhorar a qualidade de ensino no local. Segundo a Diretora, Maria José Campos Lemes serão realizadas reformas nos banheiros onde os mesmos receberão toda a estrutura necessária para garantir a acessibilidade dos alunos, ampliação da cozinha, laboratório de informática, reforma das salas de aula, pintura e melhorias na quadra poliesportiva.

Tudo isso foi possível após a visita do Secretário de Estado Odair Cunha fez na escola, nesta ocasião, o mesmo pode conferir de perto a necessidade da reforma e ampliação pelo qual o local passa. Odair Cunha já frequentou a E. E. Clóvis Salgado, estudando por um período de sua juventude em Cam-

buquira, onde fez muitas amizades. Sem dúvidas, esta passagem pela escola foi determinante para que após anos ele voltasse aqui e vendo a atual situação do prédio onde estudou e deixou amigos o comovesse. Foi este que culminou no levantamento de estudos e finalmente a grande conquista para nossa cidade que é esta obra no Ginásio.

No dia 10 de julho, houve uma solenidade para dar início ao processo de obras na referida escola, estiveram presentes às festividades: Rogério Bueno, representando o Secretário de Estado do Governo Odair Cunha, Paula Andrea Direne Ribeiro, representando a deputada estadual Geisa Teixeira, Evanderson Xavier, Prefeito Municipal, Juninho Coelho; Vice-Prefeito, Celso Alves da Silva; Presidente da Câmara, Arlete Ribeiro Ramos Gomes; Superintendente Regional da Secretaria de Varginha, Maisa Patrícia Veloso; diretora administrativa e financeira da Secretaria de Educação de Varginha, Heloisa Helena de Castro Junqueira; Inspectora Escolar, Marisa Marques; Secretária Municipal de Educação, Tenente Coronel Paulo Marcos Ferreira; Comandante da 16ª Cia. Independente da PM de Três Corações. Registramos também as presenças dos prefeitos: Dr. Cláudio Pereira e Marcão Oliveira; Três Corações e Monsenhor Paulo, respectivamente.

Em seu discurso, a Diretora Maria José relatou algumas das dificuldades de se gerenciar um educandário e da felicidade pela qual esta passando em ver um sonho de muitos se tornando realidade, reformar "sua" escola, levar mais estrutura para o corpo docente e maior qualidade de ensino para o discente.

O Prefeito Evanderson falou de sua emoção, bem como de muitos amigos ali presentes, grande parte colegas de sala que passaram um bom período de suas vidas naquele local. É uma honra estar prefeito de minha cidade e poder ver este local de ensino recebendo uma grande reforma, concluiu.

Para encerrar uma tarde tão prazerosa, uma grande queima de fogos abrilhantou o evento.



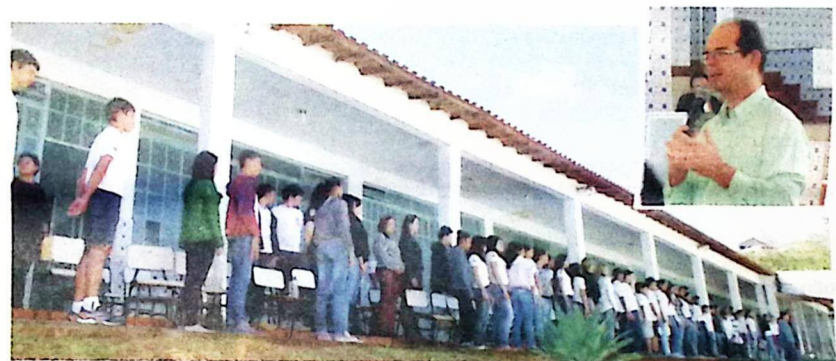
Composição da mesa, início da solenidade



Maria José (Zezé) e convidados que compuseram a mesa de trabalhos



Parte do público que prestigiou a solenidade



Alunos da Escola Clóvis Salgado; acima, Rogério Bueno, representando Odair Cunha

Reunião sobre o destino dos resíduos sólidos

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em agosto de 2010 representou o início de uma época histórica para a área ambiental e de saneamento básico no Brasil. Com a introdução de novas formas de gestão e participação social, abriu-se espaço para oportunidades, desafios e metas inéditos. A implementação da PNRS e dos planos federal, estadual e municipal possibilita o esti-

mulo a soluções inovadoras que, contando com o apoio e a participação dos vários segmentos sociais, farão diferença na qualidade de vida desta e das futuras gerações.

No dia 07 de julho, aconteceu na sede da Câmara Municipal, uma reunião para tratar da destinação dos resíduos sólidos (lixo) do município. Como o assunto é de grande interesse público, a reu-

nião contou com uma boa participação da comunidade incluindo-se: Dr. Cristiano Gazal; Promotor de Justiça, Evanderson Xavier; Prefeito Municipal, e a participação dos Vereadores.

Convidados, representantes de empresas como GRUNTEC, EBTA e Associação Brasileira de Tecnólogos para apresentação e devolução de propostas para uma PPP (Parceria Pública Privada). Destes convidados destacamos: Gilson Luna; Diretor Geral da Abratec (Associação Brasileira de Tecnólogos) e Conselheiro Titular do Instituto Estadual de Floresta de MG, Felipe Couto; representante da GRUNTEC, Humberto Carneiro e Gisele Vasconcelos.

Um dos grandes problemas a ser enfrentado atualmente pelas organizações é o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. As garantias da limpeza e da saúde pública, além da preservação do meio ambiente resultam de um sistema de gerenciamento de resíduos que necessita de espaços adequados, equipamentos específicos e que envolvem pessoas em diversas atividades.

No Brasil, grande parte dos resíduos sólidos gerados



não chega a ser coletado e o destino final para aqueles coletados é, na maioria dos municípios, o "lixão". O acelerado crescimento das cidades dificultou o suprimento de infraestrutura básica necessária à população.

O Lixão representa o que há de mais primitivo em termos de disposição final de resíduos. Todo o lixo coletado é transportado para um local afastado e descarregado diretamente no solo, sem tratamento algum.

A proposta para Cambuqui-

ra é uma PPP (parceria Pública Privada) onde haveria uma destinação adequada para o "lixo" sem abrir mão do que já acontece hoje, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis que são indispensáveis para a realização deste trabalho. A proposta está sendo analisada pelos poderes públicos. Ainda não há nenhum projeto tramitando sobre este assunto, mas não deve demorar para acontecer, a natureza e a humanidade clamam por soluções em defesa da vida.

